

# PREVIDÊNCIA SOCIAL (1988, 1998, 2017, 2019): A HISTÓRIA SE REPETE

AUGUSTO MASSAYUKI TSUTIYA

Procurador Federal aposentado.

Foi Professor da UNESP.

É autor do livro “Direito da Seguridade Social” (Editora Saraiva).

Ex-diretor da Adunesp (1994-1996)

**Meninos: eu vi!** Aconteceu em 1988. Quando teria início a votação da última fase da Assembléia Nacional Constituinte, numa derradeira tentativa para modificar os rumos dos trabalhos, Sarney convocou cadeia nacional de rádio e televisão para “alertar o povo e os constituintes para “os perigos” que algumas das decisões contidas no texto aprovado no primeiro turno representavam para o futuro do país. Defendeu a tese que o país tornar-se-ia “ingovernável”. O inimigo da governabilidade era a Seguridade Social que causaria uma “explosão brutal de gastos públicos” (Sarney vai à TV criticar o projeto. Gazeta Mercantil. 27/7/1988).

## **Meninos: eu vi!**

Aconteceu em 1998. FHC, presidente da República à época, antes da votação da reforma da Previdência Social, afirmou aos líderes dos partidos da sua base de apoio que a aprovação da reforma seria fundamental para manter a estabilidade da economia e dar sinais para o mercado internacional de que o país está trabalhando para equilibrar as contas públicas.

## **Meninos: eu vi!**

Aconteceu em 2017. O presidente TEMER, diuturnamente utilizou-se das redes de comunicações para anunciar a derrocada da nação brasileira se a reforma da Previdência Social não fosse aprovada.

## **Meninos: eu vejo!**

Acontece em 2019. O presidente BOLSONARO enceta novo ataque à Seguridade Social. Capitaneada pelo Chicago Boy Paulo Guedes, tenta ressuscitar o modelo de capitalização adotado nos anos 1980 pelo ditador Augusto Pinochet, que tem levado à miséria uma geração de idosos.

Após quase 31 anos, não se pode afirmar que a Seguridade tenha quebrado o país, ou que ela seja a principal vilã do ajuste fiscal e do desgoverno. Entre 1988 e 2009, o número de beneficiários da Seguridade Social (INSS Urbano e Rural, Loas e Seguro-Desemprego) saltou de 8 para 32 milhões de pessoas. Seu formidável efeito distributivo fica mais evidente se também contabilizarmos os seus beneficiários indiretos. Segundo o IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 beneficiários indiretos, membros da família. Dessa forma, a seguridade beneficia, direta e indiretamente, mais de 100 milhões de pessoas, metade da população do País. Na década de 1990, a participação da renda da Seguridade na composição da renda familiar urbana passou de 10% para 24%; e, na renda familiar rural, de 9 para 26%. Hoje, mais de 80% dos idosos recebem aposentadoria ou pensão. Por conta disso, a taxa de incidência da pobreza nos grupos etários com mais de 65 anos é de apenas 10%. Sem os benefícios, mais de 70% dos idosos estariam abaixo da linha de pobreza (*Prof. Eduardo Fagnani, Unicamp*).

Nesta perspectiva: Onde está a derrocada da nação brasileira, propalada desde de 1988, evidenciada dramaticamente pelo atual governo?